

Rompendo Silêncios: *Vista Chinesa* e o Crime de Estupro Contra ds Mulheres

Breaking Silences: *Vista Chinesa* and the Crime of Rape Against Women

Geovana Quinalha Oliveira¹
geovanaquinalha@yahoo.com.br
Beatriz Querobin²
beatriz.querobin@gmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é analisar o livro *Vista Chinesa* (2021), de Tatiana Salem Levy, a partir de uma perspectiva feminista centrada nas discussões em torno da relação entre literatura e o crime de estupro contra o corpo feminino. A força motriz da narrativa de *Vista Chinesa* é constituída por intermédio das memórias e dos relatos de uma amiga da escritora agredida e abusada sexualmente no ano de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos depoimentos coletados, a escritora inicia um trabalho (est)ético e político de denúncia e resistência contra a normatização da violência de gênero e aborda de modo inteligível o processo pós-trauma do crime de estupro, transitando entre ficção e realidade. Partindo dessas reflexões, propomos discutir, portanto, como a literatura abriga e tensiona esteticamente temas voltados à violência contra a mulher, em especial, ao estupro, de modo a propor amplo debate em torno do corpo social e suas dinâmicas constituídas por discursos e práticas hegemônicas e patriarcais.

Palavras-chave: *Vista chinesa*; estupro; patriarcado; gênero; corpo feminino.

Abstract: The aim of this text is to analyze the book *Vista Chinesa* (2021), written by Tatiana Salem Levy, from a feminist perspective centered on discussions around the relationship between literature and the crime of rape against the female body. The driving force behind the narrative of *Vista Chinesa* is made up of the memories and accounts of a friend of the writer who was sexually assaulted and abused in 2014, in the city of Rio de Janeiro. Based on the testimonies collected, the writer begins an (est)ethical and political work of denunciation and resistance against the normalization of gender violence and intelligibly addresses the post-trauma process of the crime of rape, moving between fiction and reality. Based on these reflections, we propose to discuss how literature aesthetically embraces and tensions themes related to violence against women, especially rape, in order to propose a broad debate around the social body and its dynamics constituted by hegemonic and patriarchal discourses and practices.

¹ Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente da Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro dos grupos de pesquisa: Crítica feminista e autoria feminina: cultura, memória e identidade, Núcleo de estudos literários e culturais, Trilhas: fronteiras, migrações e gênero.

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Keywords: *Vista chinesa*; rape; patriarchy; gender; female body.

PONTO DE PARTIDA

Enquanto produto cultural, a literatura traz em seu bojo diversas (re)apresentações da realidade cujas tramas se ocupam, dentre outras questões, em descortinar e problematizar as complexidades humanas, as relações de poder e os modos/práticas de vida que constituem e atravessam as dinâmicas sociais. Neste sentido, o romance *Vista Chinesa* (2021), escrito por Tatiana Salem Levy, é representativo desse processo ao abordar de modo inteligível as memórias e o segmento pós-trauma de Júlia, personagem vítima de estupro em território brasileiro, tensionando, assim, a relação e o trânsito entre ficção e realidade. A narrativa é baseada, sob a égide da violência, em fatos vivenciados por uma amiga da escritora. Ao final do livro, a autora explica como o romance foi gestado e nos conta sobre os encontros e as conversas com a vítima de violência sexual, a cineasta brasileira Joana Jabace. A própria Joana pediu à autora que sua identidade fosse revelada publicamente, motivo pelo qual, encontramos, nas últimas páginas do livro, o seguinte depoimento: “Não tenho vergonha do que aconteceu. Eu quero que você escreva que isso aconteceu de verdade – e que aconteceu comigo, Joana Jabace” (Levy, 2021, p. 108).

A partir deste fio condutor, a autora estabelece conexões entre o/a leitor/a e a história de um crime de violência sexual por intermédio de uma narrativa memorialista e fragmentada que expõe um trabalho (est)ético em torno de uma violência permanente contra meninas e mulheres. A narrativa explora e põe em debate diversos engendramentos de sustentação desse tipo de violência, tais como abuso de poder, estrutura patriarcal, machismo, opressão, e, como consequência, aborda os traumas, as dores e os mais diversos sentimentos experiencializados por Júlia, como baixa autoestima, solidão, culpa, medo e depressão.

Tatiana Salem Levy, nascida em 1979, na cidade de Lisboa, Portugal, durante o exílio dos pais no período da ditadura militar brasileira (1964-1985), é escritora, ensaísta e, atualmente, pesquisadora na Universidade Nova de Lisboa. Seu romance de estreia, *A chave de casa* (2008), foi traduzido para diversas línguas e recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura em 2008. Além de *Vista Chinesa* (2021), publicou os romances *Dois rios* (2011), *Paraíso* (2014), a coletânea de crônicas *O mundo não vai acabar* (2017) e o recente *Melhor não contar* (2024). O livro *Vista Chinesa* (2021) foi recebido pela crítica literária como um texto potente e impactante que evidencia uma sociedade violenta em relação aos corpos femininos³, ao mesmo tempo em que exala dor, vergonha, raiva, crises identitárias e lutas constantes de uma mulher que quer retomar sua vida e superar o passado.

Tatiana, apesar de viver há aproximadamente dez anos em Portugal, morou no Brasil, na França e nos EUA. Antes de retornar ao seu país de origem, a autora cursou Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concluiu dois mestrados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A autora afirma que sua literatura é brasileira e que utiliza sua escrita como forma de tentar entender o país.⁴ *Vista Chinesa* demanda reflexões acerca das estruturas política e cultural da sociedade na qual estamos inseridos/as, formada a partir de um modelo patriarcal⁵ cujas bases propõem, de um lado,

³ As referências aos termos “corpos femininos” e “mulheres” são aqui compreendidos para além da ideia sexista e essencialista dos corpos. Os termos dizem respeito à performance do gênero feminino, independentemente da biologia do corpo, e podem se alocar em corpos cis ou trans. Assim, não podemos falar do feminino de maneira homogênea, universal, mas nas diferentes formas em que ele se materializa em distintos e plurais corpos.

⁴ A afirmação foi feita pela autora durante sua participação no encontro de encerramento da 11ª temporada do projeto Paiol Literário. Disponível em: <https://rascunho.com.br/paiol-literario/tatiana-salem-levy/>.

⁵ Diferentemente da concepção tradicional sobre o conceito de patriarcado e seu sentido literal de “governo do pai ou de direito paterno”, nossa leitura vai ao encontro de algumas proposições da crítica feminista que apreendem o patriarcado enquanto um sistema estrutural de opressão e violência em relação às mulheres cujas bases de dominação e poder masculinas modificaram-se, atualizaram-se no decorrer da história da humanidade ocidental e ainda são vigentes. O “patriarcado contemporâneo”, como propõe Lia Zanotta Machado (2000), e o “patriarcado moderno”, de Carole Pateman (1993) são possibilidades de se pensar o termo e suas peculiaridades na atualidade. Portanto, optamos por usar o termo patriarcado como um conceito estruturador da sociedade.

a soberania de homens⁶ e, de outro, a submissão, a exploração e a violação dos corpos das mulheres⁷. Partindo dessas considerações, queremos discutir como as estratégias de composição textual do romance e, por extensão, do projeto intelectual e estético de Tatiana Salem Levy, possibilitam a visibilidade, a denúncia e o gesto de resistência em torno de um crime cometido contra as mulheres e historicamente silenciado.

VISTA CHINESA, MEMÓRIA E TRAUMA

A narrativa de *Vista chinesa* tem como ponto de partida uma carta escrita pela personagem-narradora, Júlia, direcionada aos filhos, na qual se propõe a descrever um trauma pessoal, um momento assombroso. Vítima de estupro, a personagem revela, por meio do texto epistolar, a necessidade de escrever enquanto forma de elaborar, superar e esquecer o trauma vivenciado, como se vê logo no início do livro:

Mais do que ele, mais do que todos, *encarei o esquecimento como a única forma de seguir adiante*. Eu passava horas inventando estratégias para apagar a realidade dos fatos, como se eu pudesse voltar a ser a mesma Júlia de antes (Levy, 2021, p. 9, grifo nosso).

Em meio à dolorosa escrita da carta, nós leitores/as entramos em contato com a história de Júlia, cujas cenas possibilitam conhecer momentos anteriores e posteriores ao abuso sexual do qual foi vítima. Dessa maneira, dois planos narrativos se entrecruzam na materialização da carta: 1) o momento presente, aquele em que Júlia decide escrever e revelar suas motivações; 2) as dolorosas recordações que permeiam e impulsionam a própria feitura da carta. A estrutura narrativa é tecida, portanto, no deslocamento temporal entre presente e passado, via memória, e, por isso, se constitui por lacunas, esquecimentos

⁶ Como se sabe, a masculinidade não existe enquanto característica ou aspecto da identidade dos indivíduos, ela existe apenas como ideologias ou fantasias variadas (Macinnes, 1998, p.2). Desse modo, quando nos referimos à soberania masculina estamos a falar de uma ideia forjada de masculinidade vinculada às estruturas patriarcais.

⁷ Optamos por utilizar o termo “corpos de mulheres” no plural em uma tentativa de abarcar a diversidade de corpos: mulheres cis, trans, negras, indígenas, brancas, pobres ou não, (i)migrantes, de diferentes localidades e sexualidades, entre tantas outras pluralidades.

e lembranças que se entrecruzam no exercício da subjetividade, como exemplifica um dos enxertos do romance:

Foi então que tudo começou a se confundir, os detalhes iam e vinham, se misturavam, entravam e saiam de foco, eu tinha que lembrar, e a lembrança escapava, tal como uma imagem que nos ocorre no meio da noite e que torna a escurecer rapidamente caso tentemos agarrá-la, ou uma prova fotográfica deixada por muito tempo no banho de revelação (Levy, 2021, p. 13).

A personagem Júlia é descrita como uma arquiteta bem-sucedida e envolvida em um importante projeto de trabalho. Trata-se da construção de um campo de golfe, no Rio de Janeiro, destinado aos jogos olímpicos que ocorreriam no ano de 2016. Este momento da vida da personagem é descrito no romance como um período de contentamento e celebração individual e coletiva do país, como também um momento marcado pela euforia da própria modalidade esportiva do golfe que retornou às olimpíadas após cento e doze anos desde sua última exibição em 1904:

Não tinha como dar errado, até porque os destinos se fundiam. Meu escritório – naquela época, apenas Cadu e eu – tinha vencido o concurso para projetar a sede do campo de golfe, que, depois de cento e doze anos, voltava às Olimpíadas (Levy, 2021, p. 10, grifo nosso).

Todo esse entusiasmo é brutalmente interrompido quando, em uma tarde, Júlia sai para correr nos arredores da “Vista Chinesa” (mirante na floresta da Tijuca e um dos cartões-postais do Rio de Janeiro), e é violentada e abusada sexualmente por um homem desconhecido, fato que, infelizmente, ocorre cotidianamente no Brasil e em diversas partes do mundo. Se neste contexto social/cultural/espacial descrito no romance as mulheres não podem se sentir seguras, o que dizer daquelas impelidas à precariedade da vida no núcleo do empobrecimento, do racismo, da xenofobia e da homo-lesbo-transfobia? Como sabemos, esta é uma questão que não pode ser esquecida porque no interior do que chamamos corpo feminino há categorias que tornam determinados corpos ainda mais vulneráveis à violência. A impossibilidade de mensurar e comparar a dor de uma mulher violentada não nos isenta de pensar que uma mulher rica, por exemplo,

dispõe de melhores estruturas para romper o silenciamento sobre o estupro se comparada a uma trabalhadora doméstica de um alojamento em Mumbai que recebe a “visita” do patrão e depende de seu salário para sustentar os/as filhos/as ou mesmo de mulheres racializadas vivendo no interior empobrecido de países latino-americanos onde o narcotráfico e a própria polícia agenciam as violências.

No caso particular da personagem Júlia, apesar das imensas dificuldades, ela encontra meios para romper o silenciamento e, diante das dolorosas memórias, todo o crime é narrado, formando, assim, uma composição textual tecida pela dualidade lembrar/esquecer materializada na carta destinada aos filhos gêmeos, Antonia e Martim, de cinco anos. Contudo, as violências perpetradas contra Júlia são contadas aos poucos, cruzando o tempo presente e o tempo passado. À medida que insurge uma lembrança, uma notícia, um novo detalhe ou um sentimento, os acontecimentos são descritos pela protagonista tal qual a organização da memória, ou seja, como uma trilha não-linear, um caminho nunca antes percorrido por ela.

Neste aspecto, a memória de Júlia, enquanto lugar de dor, retorna ao pretérito para repetir um passado que é atualizado a cada versão. Trata-se de uma ferida de difícil acesso, que não cicatriza, mas que se deseja esquecer a todo custo. Nesta dolorosa trajetória de lembranças, uma imagem muito presente e restituída de diferentes maneiras em sua memória é a da imagem das luvas usadas pelo estuprador durante o crime. Ainda que tenha observado esse detalhe com clareza durante as agressões sofridas, ao efetuar a denúncia na delegacia, Júlia se vê em uma situação cujos detalhes se misturam, se confundem e se borram diante das crueldades das cenas vividas:

Que tipo de luva, eles iam me perguntar depois, que cor de luva, você tem certeza, você lembra bem, que tipo de luva, que cor de luva, grossa ou fina, preta ou azul, será que você não está se confundindo, [...] uma pessoa que sofre um trauma tem capacidade de se lembrar de tudo, dos pormenores, [...] se eu me lembrar cinco vezes da cor azul e duas da cor preta, isso quer dizer que a luva era azul, ou será que a gente repete mais a fantasia do que a lembrança real (Levy, 2021, p. 22).

A citação acima evidencia, simultaneamente, traços de lembrança, esquecimento e de distorção diante das minúcias exigidas pela perícia policial acerca de um momento tão traumático; outra forma de violência, já que poucas são as e os profissionais treinadas/os para atender esse tipo de ocorrência. Não reconhecer e respeitar esse árduo trajeto da memória fere e silencia as vítimas violadas tanto no corpo quanto na alma. Como afirma Márcio Seligmann-Silva (2008), o trauma, além de ser algo difícil de se narrar, representa também um passado presente, um passado que não passa, ainda que se deseje, ocasionando, em certa medida, um teor de irrealidade característico quando a memória traumática é acionada. Pela perspectiva de uma pessoa sobrevivente

[...] sempre restará esse estranhamento do mundo advindo do fato de ele ter morado como que “do outro lado” do campo simbólico. Este estranhamento está intimamente vinculado ao tema da irrealidade dos fatos vividos e da conseqüente inverossimilhança dos mesmos. (Seligmann-Silva, 2008, p. 69).

Em todo o romance nota-se que o trauma exerce uma influência significativa na memória de Júlia, que pode ser evidenciada no processo de reconhecimento do possível agressor durante a investigação. Neste contexto do interrogatório, os flashes do momento do crime vão e voltam a todo momento e, de certa forma, dificultam o discernimento de Júlia nas diversas vezes em que esteve na delegacia para realizar o procedimento de reconhecimento pessoal. De forma hostil, uma das policiais, Dulcineia, conversa com Júlia sobre a impossibilidade de lembrar de todos os traços e características do agressor, pressionando-a para que faça o reconhecimento de forma mais rápida possível, como se vê no trecho abaixo:

Dulcineia se levantou, nitidamente irritada, com o olhar fixo no meu, Júlia, eu vou te explicar uma coisa: você viveu um trauma. Um trauma, entendeu? Você não pode achar que se lembra de tudo... Eu vou mudar a pergunta, não quero mais que você me diga se é ou se não é ele, quero que você me responda: é parecido com ele? (Levy, 2021, p. 52).

A mente da protagonista começa a elaborar, confusamente, uma série de teorias que ora apontam para um culpado, ora desviam, o que demonstra como a composição textual

do romance é representativa da experiência própria da memória e do trauma decorrentes de um crime sobre o qual é difícil falar e que, por muito tempo, foi tratado de forma sorrateira, aos sussurros. Nesta perspectiva, Seligmann-Silva (2008, p. 70) adiciona a imaginação como um instrumento facilitador do testemunho e cuja formulação, muitas vezes, pode invalidar o próprio relato testemunhal, pois segundo o autor, o testemunho só existe a partir da escuta, ou seja, do desejo real de escutá-lo; assim, apenas há validação quando o/a ouvinte se dispõe a crer na declaração da vítima sem haver nenhuma relutância no que diz respeito ao auxílio da imaginação durante a produção da ação testemunhal. É importante compreender que cada testemunho é único e singular e, por isso, deve ser tratado como insubstituível, pois somente a vítima consegue transpor em palavras o padecimento do trauma a partir do que sua memória e suas emoções consentem naquele instante; contudo, haverá sempre o assombro da sua ficcionalização. Todo esse processo de reconstrução que envolve o vivido e o imaginado compõe as malhas de *Vista Chinesa*, a exemplo do excerto a seguir:

Na mesma saleta, vi cinco homens dispostos lado a lado, olhei com cautela para cada um, mas ninguém se parecia com o retrato falado. O assistente estava tranquilo, como se soubesse que o culpado não estava ali e que aquele teatro não passava de uma grande armação (Levy, 2021, p. 72-73).

Embora o processo de rememoração seja profundamente doloroso, é por meio da força da fala e da escrita de seu drama pessoal que Júlia encontra um caminho para seguir em frente. O relato do estupro e de todas as implicações desse crime em sua vida são postos em breves cenas, muitas vezes retomadas a partir de sensações do presente, como o cheiro inconfundível de jaca que a arquiteta sente sempre que seus pensamentos a levam de volta para o momento do infortúnio. Uma das primeiras sensações descritas na carta aos filhos diz respeito ao cheiro doce e enjoativo da fruta exalado pela mata e que permaneceu em seu olfato, mesmo passados cinco anos desde o ocorrido, “[...] o cheiro da jaca, um cheiro que sinto até hoje, nos lugares mais inusitados [...] eu não escolho, ele volta quando quer, onde quer” (Levy, 2021, p. 9). Neste sentido, podemos dizer que para

além de um recurso estruturante da narrativa, a memória e seus gatilhos se apresentam como o próprio fio condutor de uma história que nos impõe sérias reflexões sobre o que se narra e o que se silencia nas produções culturais, na história da humanidade, nos noticiários, nos espaços de educação, nas conversas da vida cotidiana.

A história de Júlia é uma violência individual que se expande, infelizmente, para um coletivo de corpos aliados e tratados como descartáveis. Por essa razão, pôr em evidência livros como *Vista chinesa* é uma forma de romper silenciamentos sobre crimes sexuais, como também uma possibilidade de se criar conhecimento que projeta legitimidade para enfrentar tantas violências impelidas reiteradamente às mulheres. Como afirma a narradora do romance, “[...] há coisas que, mesmo depois de terem acontecido, continuam acontecendo. Elas não te deixam esquecer porque se repetem todos os dias” (Levy, 2021, p. 9). Ao discutir a questão, Eurídice Figueiredo (2021, p. 55) é contundente ao afirmar a necessidade de rompermos a barreira do silenciamento em relação ao estupro, seja por intermédio da escrita ou de conversas nos mais diferentes setores da sociedade, porque o silêncio acerca das violências sexuais está incrustado no seio social e precisam ruir para que espaços de diálogos, de conscientização e constituição de políticas públicas sejam ampliados. Recusar essa pauta é perpetuar esse tipo de crime e dar licença para que os corpos femininos sejam aterrorizados das mais diversas formas.

Se a literatura, a exemplo de *Vista Chinesa*, é uma forma a partir da qual podemos refletir, entre outras questões, sobre as violações sexuais perpetradas por homens contra as mulheres, queremos levantar algumas indagações, tais como: O que leva um homem a ameaçar uma mulher com uma arma na mão, agredi-la e estuprá-la? De onde vem esse ódio e essa forma de punição para mulheres? Por que muitas vítimas se silenciam? Como vivem as vítimas após esse trauma profundo? Como o Estado-nação tem agido para prevenir e punir esses crimes? Como falamos/silenciamos sobre os controles dos corpos em sociedades patriarcais? Quais práticas culturais, políticas e jurídicas foram adotadas como enfrentamento a esses crimes? Estas questões são importantes porque colocam em cena debates sobre um crime que destrói vidas, mas que ainda é pouco e superficialmente

discutido nas famílias, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, na mídia, nos encontros entre amigos/as, na literatura e nas produções culturais em geral.

Para tentar delinear um caminho possível de reflexões às questões levantadas, acreditamos ser necessário averiguar, a partir da crítica feminista, como a cultura do estupro e do patriarcado se elaboram e se retroalimentam em narrativas de validação da hierarquia historicamente estabelecida, a exemplo dos discursos e das práticas políticas sistêmicas que definem o corpo da mulher como território de dominação, sujeição e de prazer do homem.

O CORPO FEMININO COMO TERRITÓRIO DO HOMEM: PATRIARCADO, VIOLÊNCIA E ESTUPRO

Em diferentes partes do mundo o homem produziu, e ainda produz para si, estruturas de poder e privilégio que engendram às mulheres um lugar de segunda categoria na estratificação social. Por uma perspectiva histórica, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022) reafirmam que a inferiorização e a sujeição das mulheres foram gestadas por meio de práticas sociais configuradas por intermédio de diferentes discursos e das relações de poder neles estabelecidos ao longo dos tempos nos mais variados contextos. É importante destacar esta afirmativa porque ela encaminha e incita debates sobre as bases estruturais das narrativas que insistem em marginalizar, oprimir e violentar as mulheres, desde tempos remotos até a atualidade.

Ao refletirem sobre o *modus operandi* do patriarcado e seu poderio, Alves e Pitanguy (2022) descrevem, a partir da análise de diferentes narrativas mitológicas e fundacionais, os papéis negativos forjados e atribuídos aos corpos femininos, bem como a associação que dele se fez à tudo que está relacionado ao mal, ao perigo e à contaminação. No interior dessas informações, as autoras destacam diversos enunciados depreciativos designados às mulheres, dentre eles, alguns que proferidos por homens reconhecidos mundialmente em diferentes áreas do conhecimento. Este resgate das autoras tem como intuito

exemplificar que os discursos misóginos atravessaram os séculos e foram reiteradamente (re)constituídos ao longo da história por uma diversidade de sujeitos. Muitos desses sujeitos ocupa(ra)m posição de destaque em movimentos sociais, na política, na medicina, na filosofia, no campo jurídico e artístico, na educação, entre muitas outras áreas. Uma declaração misógina mundialmente conhecida é de Stokely Carmichael, líder do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e um dos fundadores dos Black Panthers: “A única posição da mulher no SNCC (Student Non – violent Coordinating Committe) é de bruços”. (1996, Stokely Carmichael [1941-1998] *apud* Alves; Pitanguy, 2022, p. 24).

O fato de ter sido um homem envolvido em ações sociais tão importantes, como foi o caso de Carmichael, não o isentou de emitir um discurso/prática dessa natureza. Por essa senda, as autoras recuperam muitos outros enunciados machistas para explicar o modo aparentemente “natural” com que os homens, deliberadamente, se referiram/referem às mulheres⁸. Discursos sexistas como os destacados por Alves e Pitanguy (2022), dentre muitos outros, impulsiona(ra)m a exclusão e a desvalorização das mulheres nos campos da ciência, cultura, literatura, e impressionam porque foram ditos por intelectuais e defensores de movimentos e teorias importantes de sua época, o que evidencia que o machismo e o desprezo pelo feminino não foram/são reproduzidos apenas por sujeitos iletrados, e sim por todos aqueles que se beneficia(ra)m desta organização

⁸ Seguem alguns exemplos trazidos pelas autoras: a afirmação de Confúcio: “As cinco piores enfermidades que afetam a mulher são desobediência, descontentamento, calúnia, ciúme e estupidez [...]. A estupidez do caráter da mulher é tal que ela deve, em toda instância, duvidar de si mesma e obedecer a seu marido” (Manual de casamento de Confúcio [551-479 a.C.] *apud* Alves; Pitanguy, 2022, p. 22). Pitágoras, Aristóteles e Rousseau também representam alguns dos intelectuais citados pelas pesquisadoras a partir de narrativas depreciativas quanto às mulheres: “Existe um princípio bom que criou ordem, luz, e o homem, e um princípio mau que criou caos, escuridão, e a mulher” (Pitágoras [570-495 a.C.] *apud* Alves; Pitanguy, 2022, p. 22); “Concluimos então que é uma lei geral que deve haver naturalmente elementos que comandam e naturalmente elementos que são comandados [...]. O poder do homem livre sobre o escravo é um tipo de poder; o do macho sobre a fêmea é outro” (Aristóteles [384-322 a.C.] *apud* Alves; Pitanguy, 2022, p. 22); “Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, torná-lhes a vida útil e agradável – são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância” (Émile, Jean-Jacques Rousseau [1712-1778] *apud* Alves; Pitanguy, 2022, p. 23).

social e política. Isto comprova que a sujeição das mulheres, conforme posta pelos homens e suas narrativas, não é algo dado ou natural (Rubin, 2017). Trata-se de práticas discursivas constituídas e realizadas a partir das relações sociais, dos saberes socialmente construídos, dos sujeitos e das políticas que agem no mundo. Por esta razão, dispositivos de poder e tecnologias de gênero (Lauretis, 1987; Foucault, 2018) são formas a partir das quais o patriarcado reitera e justifica a misoginia porque, definitivamente, a subordinação e a desqualificação do feminino é uma construção social continuamente recorrente, como vê nas esferas políticas e sociais e em movimentos atuais como Red Pill, MGTOW, Incel.

Nesta sondagem investigativa de narrativas historicamente forjadas pelo patriarcado, Rita Terezinha Schmidt (2012) contesta algumas premissas filosóficas elaboradas para associar o corpo feminino à natureza e o masculino à cultura. Este tipo de pensamento, em que a cultura e a razão estariam relacionadas ao homem, enquanto a natureza e as emoções seriam essencialmente da mulher, constituiu um binarismo hierárquico ainda presente na atualidade:

Com raízes na epistemologia patriarcal sobre a diferença entre os sexos, pode-se dizer que o dualismo natureza/cultura produziu a moldura dominante do humano declinado pelo masculino em sua relação com um ser menos humano, uma categoria entre o humano e o não humano que veio a definir o ser mulher, definição decorrente da racionalização do mimetismo biológico que ratificou as representações de uma relação pretensamente “natural” do corpo das mulheres com a natureza. (Schmidt, 2012, p. 3).

Ao longo da história da humanidade, as mulheres, enlaçadas nesta estrutura dicotômica e hierárquica, enfrentaram muitas dificuldades para expor seus pensamentos, suas habilidades e suas reivindicações, isto porque foram castradas, dominadas, ridicularizadas e invisibilizadas em diversos e diferentes contextos, nos espaços públicos e privados, na escrita da história, da política e da cultura. Todo esse quadro tem sua origem em fabulações e práticas cujas tessituras defendem o domínio masculino sobre a mulher, neutralizando-a e controlando-a de diversas formas, seja pelo viés jurídico, religioso, ideológico ou cultural. Apesar do surgimento de diversos movimentos sociais

e políticos ligados aos direitos e às conquistas das mulheres, sobretudo no século XX, ainda estamos imersos/as em contextos de precariedade da vida que leem o corpo feminino enquanto território de dominação do masculino.

É por este viés da dominação masculina que Rita Segato, em recente publicação (2022, p. 15), reitera a ideia já discutida em textos anteriores, de que as violências sobre os corpos femininos, a exemplo do estupro, não são resultantes de uma cultura particular, mas da continuidade e da exacerbação do patriarcado, ordem política arcaica instalada entre as sociedades. Há, portanto, uma correspondência direta entre a fabricação patriarcal que sujeita e oprime as mulheres com a perpetração da violência de gênero. Ao enfatizar a dimensão política em suas reflexões, Segato (2022) esclarece que as lutas das mulheres não são contra os homens, mas contra uma ordem política fundacional que criou dualidades como as citadas acima. Nesta perspectiva, a autora compreende o estupro enquanto ato coletivo/político baseado no poder masculino que percebe a mulher como o outro, ou seja, como um território-objeto de dominação:

É por isso que se poderia dizer que o estupro é o ato alegórico por excelência da definição schmittiana de soberania – controle legislador sobre um território e sobre o corpo do outro como anexo a esse território (Segato, 2005, p. 270).

Em um artigo publicado anteriormente, “Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez” (2005), a autora já dispunha do ponto de vista de que a violação sexual possui um caráter político, sugerindo que a violência causada no corpo dessas mulheres são assinaturas de um poder local, regional e nacional. Partindo desta perspectiva de assinatura de poder, podemos estabelecer uma relação direta com o romance de Tatiana Salem Levy, a exemplo do momento em que Júlia externaliza a sensação de não dominar mais o seu próprio corpo e passa a senti-lo como um território dominado pelo poderio do outro, como um território marcado pela assinatura da supremacia do homem: “[...] eu não sabia se daria conta daquele corpo que nunca havia sido tão meu e ao mesmo tempo tão pouco meu. Quero devolver, quero trocar. *Este corpo agora é outro*” (Levy, 2021, p. 16, grifo nosso). O

estupro, portanto, é um ato de aniquilamento da vítima, ou seja, seu corpo passa a ser um território anexado e apropriado pelo agressor, um corpo abjeto que é agenciado pelo dominador e sua soberania, como defende Segato (2005, p. 270). Neste ato predatório de expropriação do corpo há, ainda, a práxis da subjugação moral e psicológica da vítima. A redução moral associada ao controle físico garante ao sujeito autor desses crimes o exercício irrestrito de uma soberania radicada no interior de um corpo território dominado (Segato, 2005). A assinatura local/regional/nacional impressa nas violações perpetradas contra as mulheres traduz a própria falência do Estado cuja inanição legitima a violência e a precariedade como a vida das mulheres é gerida. Todos esses aspectos podem ser lidos no estupro sofrido pela personagem Júlia e nos traumas decorrentes desse infortúnio.

O romance de Tatiana Salem Levy projeta, ainda, um outro ponto premente a ser considerado na análise desse tipo de crime: trata-se da forma como, infelizmente, uma parcela expressiva da população e de dispositivos de poder moldou/forjou a figura do agressor enquanto sujeito a transtornos mentais e de personalidade⁹. Nestes casos, o caráter sistêmico da violência desaparece. Dizer que o homem que comete tal agressão o faz porque possui doenças mentais é uma abordagem altamente errônea cuja argumentação abre brechas para que muitos agressores obtenham benefícios criminais.¹⁰ A maioria das violências sexuais é praticada por homens que possuem completa consciência das suas ações. Contudo, a alegação da doença é recorrente e, não raras vezes, há complacência do Estado jurídico, e da sociedade. Há ainda o discurso religioso de o homem ter sido possuído pelo demônio. Em *Vista Chinesa* há um detalhe intrigante durante a narração do momento em que ocorre o estupro, trata-se, como já dito, da descrição das luvas usavas pelo agressor. O uso desse acessório indica que ele já havia

⁹ Não queremos dizer que alguns agressores não possam ter certas patologias, o que se discute aqui é a ideia imaginária de que o homem que comete tal crime é, previamente, um doente mental.

¹⁰ Em novembro de 2019, uma adolescente de 16 anos foi estuprada, em Manaus, por um homem que a arrastou para dentro de um prédio abandonado. O acusado foi imputado do crime em razão de uma suposta doença mental alegada por ele e, somente dois anos após o crime, a justiça constatou que as condições psíquicas eram simuladas pelo rapaz. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/adolescente-de-16-anos-e-estuprada-nas-ruinas-da-santa-casa-de-misericordia-em-manaus/>

premeditado o ataque. Com uma pistola nas mãos enluvadas, o homem, com seu poderio bélico, ordenou que Júlia o seguisse mata adentro e, enquanto se despia, desferia tapas e socos no rosto da vítima. Mediante ameaças contra a vida de Júlia, forçou-a ao sexo oral, obrigando-a, ainda, a dizer palavras de aprovação, como se ela apreciasse as agressões empreendidas:

[...] diz que está gostando, a palma da mão na minha cara, a força da palma da sua mão, diz ou eu te mato. A minha voz, eu estou gostando. [...] sua puta mentirosa, você está seca. Fica molhada, uma exigência, meu choro, meus soluços, [...] a minha voz dentro da minha cabeça, uma reza, fica molhada, fica molhada, que o inferno chegue ao fim (Levy, 2021, p. 85-86).

O excerto acima exemplifica, via ficção, como esse tipo de violência é visto pelos próprios criminosos: enquanto um ato necessário de disciplinar as mulheres e de colocá-las em seu “devido lugar”. A este respeito, Rita Segato (2005), chama a atenção, ainda, para a análise do estupro como uma prática enunciativa emitida em dois eixos de interlocução: vertical e horizontal. O eixo vertical diz respeito ao contato que o agressor estabelece com a vítima, em outras palavras, trata-se do contato de consumo da vítima, revelando o discurso punitivo, moralizador e soberano; o eixo horizontal, por sua vez, é a relação do agressor com seus pares, uma espécie de fraternidade, numa produção de gestos que reiteram o discurso de masculinidade, virilidade e poder, reforçando o papel da mulher como vítima sacrificial e entregadora de tributos, enquanto eles, os receptores e beneficiários, distribuem tais encargos entre a confraria viril. Ao falar sobre o crime, Júlia diz que há alguma coisa que extrapola o acaso, o compreensível: “o ódio daquele homem, a violência daquele homem, a permissão que ele se dava de violar o meu corpo [...]. Isso foi o meu encontro fortuito com o mal” (Levy, 2021, p. 102). Tal cenário pode ser lido como a representação da confraria viril mencionada por Rita Segato, pois a “permissão” que o agressor de Júlia julga dispor é validada pelo desprezo sistêmico à categoria mulher – eixo vertical – e pela cristalização de enunciados de virilidade como prova expressa a seus pares – eixo horizontal. Estes atos enunciativos precisam ser

compreendidos como reprodução viciosa de uma estrutura social que carrega a própria morte em seu interior.

A linguagem empregada pela autora no romance é crua, impactante e, muitas vezes, o recurso estético utilizado para evidenciar a tensão de uma cena, em momentos chave, é, por exemplo, a repetição de termos e o emprego de discursos indiretos. Já o uso de palavrões e palavras com teor sexual, estabelecem um fio narrativo baseado nas dores e nas humilhações a que a personagem foi submetida.

[...] o pau dele na minha boceta de novo, o pau dele a maior coisa que pode se enfiar na boceta de uma mulher, uma dor uma dor uma dor, ele me lambendo o rosto, a ordem, eu estou gostando (Levy, 2021, p. 86). Ele deitado e eu por cima, ele deitado, eu por cima, saí correndo, desesperada, deve ter dado alguns passos, quantos?, não sei, não me lembro, poucos, ele me agarrou, me pressionou contra uma arma até a minha garganta, o 38,82,85,444 encostando na minha garganta, a ânsia de vômito, tu tá ficando louca? tu quer morrer?, uma corinhada na cabeça, eu cambaleei, caí no chão quase desmaiando (Levy, 2021, p. 87).

Após saciado, o homem ordenou, ainda, que Júlia esperasse quinze minutos antes de sair da mata. Foram longos e terríveis minutos à espera de se ver livre das garras de seu agressor. Júlia narra a vergonha que sentiu ao se deslocar da mata e avistar o guarda-florestal seguido do alívio que sentiu quando o homem apenas a ignorou. “Enquanto mulher sempre passível a violação a partir desse momento, poderia encontrar algum outro abusador a todo e a qualquer momento. Ser invisível, nesta circunstância, parecia-lhe melhor”. A vergonha é um sintoma extremamente decorrente e chega sem aviso, caminhando lado a lado com a culpa. A vergonha e a preocupação demonstradas pela protagonista se expandem, e entra em cena o receio das consequências que esta tragédia causaria para a honra de sua família e das pessoas próximas, como o namorado e a amiga Diana, “[...] tive vergonha. Uma vergonha imensa, como se estivessem escritos entre as minhas pernas todos os detalhes, inclusive os piores, do que tinha acabado de acontecer comigo” (Levy, 2021, p. 16).

Durante uma entrevista concedida para a *Revista Universa*, Tatiana Salem Levy declara que o estupro: “[...] é o pior dos crimes do machismo – ainda mais quando há uma sobrevivente”. Para a escritora (2021), esse crime “[...] está muito associado à vergonha, à ideia da honra e, principalmente, da culpa. A mulher ouve que ela deve ter feito algo, que estava no lugar errado, que foi correr no horário errado, com a roupa errada”.¹¹ O peso dessa culpa não deveria recair sobre nenhuma vítima, mas, infelizmente, um dos primeiros pensamentos das mulheres abusadas sexualmente é recalculas as atitudes que a puseram na cena do crime, como se suas ações tivessem alguma implicação com o movimento do crime¹².

Diana foi a primeira pessoa com quem Júlia obteve contato logo após o abuso sexual. Foi nos braços da melhor amiga que Júlia se permitiu perder a consciência. O desmaio proveniente da exaustão física e psicológica causada por esse tipo de crime veio após a convicção de segurança oferecida por Diana, foi ela quem acolheu e cuidou da amiga, toda suja e machucada, pés descalços e feridos, antes do seu encontro com a família e com o namorado Michel. O nojo sentido por Júlia diante daquela situação era tão profundo que ela esfregou fortemente seu corpo a fim de remover as marcas deixadas pelo estuprador. Ao serem violadas, as vítimas querem se livrar da sensação de sujeira, de qualquer resíduo de impureza em seus corpos e, muitas vezes, as provas do crime são perdidas, comprometendo o exame de corpo de delito, o que dificulta a validação do próprio depoimento. No romance, a autora utiliza o apoio e o acolhimento oferecidos por Diana para retratar esta questão, já que foi ela quem deu banho e trocou as roupas de Júlia, destruindo, sem intenção, muitas provas concretas das violências sofridas pela amiga.

Em seguida, Júlia vê a mãe, se joga em seus braços e, sem trocar uma única palavra, mãe e filha se tornam cúmplices das cenas de dor por intermédio de seus olhares.

¹¹Entrevista concedida a Lígia Mesquita. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/26/livro-da-vez-tatiana-levy-fala-de-vista-chinesa-que-narra-estupro-real.htm>. Acesso em: 24 de jun. de 2024

¹² No livro *Teoria King Kong* (2016), Virginie Despentes critica a tendência da sociedade em culpar as vítimas e evidencia a necessidade de uma mudança na maneira como o estupro é percebido e tratado.

O pai e o irmão chegaram furiosos, enquanto os olhos de Michel trouxeram amor. Neste misto de sentimentos, das diferentes reações e emoções que o narrar desperta nas outras pessoas, além da vergonha, Júlia automaticamente se vê como a causadora do sofrimento vivenciado por ela e pelas pessoas à sua volta e, mais uma vez se culpa por ter saído para correr: “Lembro de ter olhado para os quatro e pensado que, *se eu não tivesse ido correr na Vista Chinesa naquela tarde, eles não estariam ali, sofrendo comigo, pior, por minha causa*” (Levy, 2021, p. 18-19, grifo nosso).

Ainda sobre o processo de culpabilização é preciso discutir os procedimentos de investigação cuja metodologia é, não raras vezes, exaustiva para as vítimas, pois são constantemente confrontadas, desrespeitadas e incriminadas, como se vê na pergunta extremamente ofensiva que a delegada fez à Júlia: “[...] por que você foi correr a tarde se sempre corre de manhã? [...] mas o tom da pergunta, aquela pergunta quase incriminatória, por que você foi correr a tarde se sempre corre de manhã?, não caiu bem” (Levy, 2021, p. 41). A pergunta feita por Dulcineia é um efeito de formatação de uma sociedade patriarcal que legitima violências e ensina homens e mulheres, desde cedo, a responsabilizar e incriminar as vítimas.

As condutas de culpabilização das mulheres agredidas, tão comum nesses casos, traduzem um sistema de segurança ainda autoritário e despreparado. Muito embora no Brasil haja ações importantes em direção à construção de juizados e delegacias especializadas nesse tipo de crime, pode-se dizer que ainda são iniciais e que necessitam de apoio efetivo da população, das políticas de Estado e, sobretudo, de uma educação que inclua em seu currículo discussões sobre o tema a fim de refletir sobre os motivos pelos quais os corpos femininos é ainda visto como território do homem. O fato é que a culpabilização é um forte indício do motivo pelo qual muitas vítimas se calam. A culpa gera o silenciamento feminino, a subnotificação, a impunidade e favorece a perpetuação dessa violência milenar. No romance de Tatiana, percebe-se que houve um certo receio de Júlia quanto à necessidade da denúncia, reação comum a mulheres violentadas. Este receio foi ocasionado não só pelo medo e pela vergonha como também pelo conhecimento

de que são poucos os casos em que a mulher recebe apoio efetivo, mesmo da polícia especializada, entre outros motivos. Ainda assim, Júlia faz a denúncia, sobretudo, porque seu irmão a leva a pensar nas consequências que implicam a liberdade deste criminoso: “Você precisa denunciar, esse cara não pode ficar solto por aí. Quem garante que você foi a única ou será a única?” (Levy, 2021, p. 23) e, a partir disso, o/a leitor/a acompanha as dificuldades de Júlia ao passar pelo processo da denúncia e, conseqüentemente, pela ação do rememorar: “Gaguejei, hesitei, e então ela me disse que um depoimento deve ser feito logo após o crime. Quanto mais o tempo passa, mais a memória se confunde.” (Levy, 2021, p. 25).

O confronto interno provocado pela penosa ação de voltar à cena do crime, fez com que Júlia questionasse sua sanidade. A personagem afirma ter chegado ao estado de loucura, situação muito comum entre as vítimas¹³. O súbito esquecimento traz diversas dúvidas: seria pelo trauma causado? Por medo? Por culpa? Pela ânsia de que o relato seja crível e convincente? Por temer que a justiça não seja feita? O turbilhão que acontece na cabeça das vítimas pode invalidar o depoimento, o que é muito comum no Brasil em razão da dificuldade das mulheres em serem ouvidas com o devido cuidado e preparo profissional¹⁴, pois após vivenciar cenas como as de Júlia, o choque e a negação são coisas comuns entre as mulheres agredidas e violadas.

Tatiana Salem Levy denuncia por intermédio da voz de sua protagonista as fragilidades na aplicação das leis, o despreparado das Instituições, a complacência do Estado, a diminuição das vítimas de violência sexual e cultura machista que predomina até mesmo entre os profissionais da segurança pública cuja função é proteger e assistir as vítimas:

¹³ Sobre os transtornos mentais decorridos de uma violação sexual ver: SOUSA, Gustavo Ramos de Oliveira e Sousa. O abuso sexual encarnado nos transtornos mentais. **Serviço social e realidade**, Franca, v. 26 n. 2, p. 152-178, 2017. Disponível em file:///C:/Users/Home/Downloads/4073-Texto%20do%20artigo-14926-1-10-20231114%20(3).pdf. Acesso em 24 março 2024.

¹⁴ Cf. OSIS, Maria José Duarte; PÁDUA, Karla Simônia *et al.* (2013). Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual. **Boletim Do Instituto De Saúde - BIS**, Disponível em <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/33749>.

Eu ouvi quando um dos policiais sussurrou a Michel que antes de ser oficialmente preso, antes de ir a julgamento, o desconhecido ia ter que se ver com ele, com o Michel. O policial entendia que o Michel tinha direito de acertar contas com o homem que tirara a pureza do corpo de sua mulher. Coisa de homem para homem. [...] A lei era fraca, muito fraca, era condescendente com os réus, e a polícia estava ali para fazer a lei do homem ser cumprida, a lei dos nossos instintos, não aquela ridícula lei de papel (Levy, 2021, p. 39).

O romance é dividido em duas partes e é somente na segunda seção que se adentra à etapa crucial de uma investigação: reconhecer o estuprador. É quando a confusão retorna. Mesmo com as lembranças aterrorizantes que ficaram marcadas em sua mente, Júlia tem dificuldades em reconhecer o indivíduo que lhe causou tanto mal. Os diversos momentos em que a personagem narra os encontros com os seus possíveis estupradores são cheios de tensão, medo e alvoroço; é angustiante acompanhar sua dúvida em relação aos suspeitos. As características físicas se misturam de tal forma em sua cabeça que a protagonista se sente incapaz de acusar alguém.

Incrédulo, ele me olhou e perguntou, precisa de ajuda? Eu me calei por um instante, então aquele policial achava mesmo que podia me ajudar colocando cinco culpados na minha frente? A lucidez e a loucura se alternando, a calma e o nervosismo, a sensatez e a ansiedade, quando, por receio, acabei escolhendo dois (Levy, 2021, p. 52).

Após comparecer diversas vezes à delegacia para realizar o exaustivo processo de reconhecimento sem sucesso, Júlia desiste e abandona a investigação, pois remexer as memórias durante tanto tempo era sucumbir às sensações físicas e emocionais de um corpo e uma psique fraturados e com poucos recursos para lidar repetidamente com o passado, cujas cenas a aprisionava nos piores sentimentos e lembranças. A protagonista, então, decide buscar outros caminhos para tentar recuperar sua integridade e voltar a gerir a própria, apesar dos imensos desafios pela frente:

Só quero estar livre para concluir a minha travessia, eu disse a Diana. O luto do pedaço de mim que se perdeu. Ela me ouviu, concordou, era o melhor que eu poderia fazer. Aquelas idas à delegacia, os

telefonemas, a ansiedade gerada de cada vez que eu ia reconhecer alguém não me permitiam seguir adiante (Levy, 2021, p. 109).

Na dura tarefa de reconstruir a si e seguir em frente, Júlia congrega inúmeras inseguranças e medos: a incerteza de como a vida se seguirá, como seria no trabalho? Será que conseguiria dormir? Como beijaria seu namorado Michael? Transar? Impossível! Como teria os filhos que tanto sonhou? A retomada da autonomia e a melhora na qualidade de vida, contou com um longo acompanhamento psicológico constituído, frequentemente, por longos momentos de silêncio e poucas palavras: “nos primeiros três anos de análise, eu quase não falava, às vezes entrava muda e saía muda” (Levy, 2021, p. 29). Passados três anos Júlia consegue falar, esse caminho permitiu que ela compreendesse que seu algoz não poderia definir o sentido de sua vida, por mais difícil que fosse: “a minha vida ainda estava lá, mesmo tendo acabado. [...] Estou viva” (Levy, 2021, p. 30). O trauma decorrente de um estupro é avassalador e é preciso uma rede de apoio fortalecida entre profissionais, familiares e amigos/as para que a mulher possa lidar com as dores, com a vergonha e a culpa. Neste contexto, voltamos a pensar nos corpos femininos atravessados por tantas outras categorias (raça/etnia, classe, sexualidade, lugar) que os colocam em espaços de precariedade e negação ao acesso de estruturas mínimas para recuperação e tratamento adequado. Que tipo de amparo têm, por exemplo, as mães solas que precisam continuar trabalhando para sustentarem seus filhos mesmo após eventos tão sombrios? O que dizer das meninas e mulheres indígenas à mercê, por exemplo, de invasores garimpeiros, dos corpos negros ainda explorados pelo racismo, dos corpos situados em violentas regiões de fronteiras, daqueles que ocupam as periferias marcadas pelo narcotráfico, dos corpos de territórios em guerras, das mulheres vivendo em regiões distantes, das mulheres trans amplamente rechaçadas na sociedade? Toda esta cadeia de opressão precisa ser visibilizada para a construção de discussões e enfrentamentos amplos porque para essas mulheres, a iminência da violência sexual está associada ao abandono e à negação de recursos ínfimos para a (re)construção da vida. Cada uma dessas mulheres carrega diversas subjetividades e distintas vulnerabilidades,

mas, de alguma forma, são unidas pela dor, pelo medo, pelos meandros das violências sistêmicas perpetradas em seus corpos.

No difícil caminho por restabelecer a vida, o romance de Tatiana Salem Levy aborda com muita delicadeza o lento processo da protagonista em retomar a vida sexual. Júlia narra as inúmeras tentativas e falhas antes de se sentir confiante e se entregar ao seu parceiro. Uma das cenas mais sensíveis diz respeito ao fato de Júlia não querer que Michel a visse nua, pois sentia medo de que ele fosse capaz de visualizar todas as marcas deixadas pelo agressor em seu corpo. No entanto, quando finalmente conseguiu transar com Michel e sentir prazer, ela viu uma luz de esperança, como se, enfim, estivesse superando o estupro.

Na primeira vez em que fiquei nua na frente do Michel depois do estupro, pensei: ele está vendo no meu corpo toda a verdade. [...] Eu me cobri, ele me abraçou, disse para eu ter paciência porque com o tempo tudo voltaria ao lugar. Não temos pressa, ele disse. [...] aos poucos fui me treinando, me obrigando a ceder mais e mais, pensando: alguma hora vai passar, alguma hora vou tirar a roupa e não vou pensar que ele está vendo que eu fui violentada (Levy, 2021, p. 43).

As cenas de uma pretensa superação são entrecortadas por outras em que todo o sofrimento volta à tona porque a dor fica alocada em algum lugar da alma. Passados alguns anos do acontecido, Júlia engravida de gêmeos. Ela tinha receio de gestar uma menina, pois sentia medo de que a história se repetisse, então, quando lhe foi confirmada a notícia de que um dos bebês era uma garota, novamente seu coração foi preenchido por medo e culpa.

Eu não quero que a minha história seja a história da minha filha. Que o meu corpo seja o corpo da minha filha. [...] Comecei a me sentir culpada por ter esse corpo estragado, [...]. Ela não merecia isso. Não merece. Ela não tem nada a ver com essa história, foi gerada depois, parida depois, mas se ela se confundir comigo, foi o que pensei, ela vai acabar se sentindo estuprada também. O estupro da mãe refletido no corpo da filha (Levy, 2021, p. 63).

Na tentativa de repelir o medo e a culpa intensificados pelo nascimento dos filhos, Júlia decide relatar suas experiências através de uma carta que, a despeito de toda

impossibilidade, se torna uma necessidade, uma ferramenta de enfrentamento, um enlace à experiência. A carta direcionada às crianças ganha status de reestruturação do si e um novo ciclo surge como virada de chave em relação ao processo traumático da história de sua vida, transformando os resquícios do trauma em algo material e palpável que precisa ser compartilhado e superado. O texto epistolar de Júlia contribuiu para que ela pudesse dar um formato captável a algo que ainda era inapreensível no campo da representação. Portanto, a escrita das violações sofridas pela personagem se expande para o coletivo e rompe as barreiras do silenciamento acerca de crimes sexuais, demonstrando que a literatura é um lugar de enfrentamentos às estruturas patriarcais que certificam o alijamento e as diversas violências contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo do texto, o modo como se concebeu o mundo em termos imaginários e políticos sobre os corpos tem analogia precisa com as violências, a exemplo do estupro e, por esta razão é preciso pensarmos, enquanto sociedade, em estratégias educacionais que conscientizem homens e mulheres dessa linguagem política/cultural historicamente perpetuada e ainda presente. Nesse sentido, um contra-ataque à violência de gênero pode ser feito a partir de mudanças no imaginário social que inclua produções culturais como a literatura. Enquanto educadoras e pesquisadoras, defendemos a ideia de que o texto literário é um veículo a partir do qual é possível dismantelar imaginários cristalizados como aqueles advindo do *modus operandis* do patriarcado e da heterossexualidade compulsória que justificam as práticas violentas porque nos faz refletir criticamente acerca das razões que gerenciam os males incrustados no seio social e sobre os indivíduos que deles se beneficiam.

Vista Chinesa se apresenta, portanto, como um produto cultural potente e um lugar de resistência contra a legitimação e a perpetuação do silenciamento sobre o estupro e uma força ética no empreendimento de uma sociedade em que todas as pessoas possam circular livremente, em segurança e isenta de quaisquer violências. Leitura, literatura e

debate é uma possibilidade real de aliança e rede solidária de resistência ao patriarcado e às violências cristalizadas que dele emanam.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Trad. Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. Escrever contra o silenciamento do estupro: Vista Chinesa de Tatiana Salem Levy. *Fórum Lit. Bras. Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 55-71, jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade – Livro I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender**. Indiana: Indiana University Press, 1987.

LEVY, Tatiana Salem. **A chave de casa**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

LEVY, Tatiana Salem. **Dois rios**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

LEVY, Tatiana Salem. **Melhor não contar**. São Paulo: Todavia, 2024.

LEVY, Tatiana Salem. **O mundo não vai acabar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

LEVY, Tatiana Salem. **Paraíso**. Rio de Janeiro: Foz, 2014.

LEVY, Tatiana Salem. **Vista Chinesa**. São Paulo: Todavia, 2021.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de**

Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

MACINNES, John. **The End of Masculinity: The Confusion of Sexual Genesis and Sexual Difference in Modern Society** Buckingham, UK: Open University Press, 1998.

MESQUITA, Ligia. Vista Chinesa: como história de estupro real se transformou no livro da vez. **Universa Uol**, 26/03/2021 às 04:00. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/26/livro-da-vez-tatiana-levy-fala-de-vista-chinesa-que-narra-estupro-real.htm%3E/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OSIS, Maria José Duarte; PÁDUA, Karla Simônia *et al.* Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual. **Boletim Do Instituto De Saúde - BIS**, v. 14, nº 3, 320–328, 2013. Disponível em <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/33749>. Acesso em 27 março 2024

OLIVEIRA, Cléber. Adolescente de 16 anos é estuprada nas ruínas da Santa Casa de Misericórdia em Manaus. **Amazonas Atual**, 12/11/2019. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/adolescente-de-16-anos-e-estuprada-nas-ruinas-da-santa-casa-de-misericordia-em-manaus/>. Acesso em: 26 abril 2024.

PAIOL LITERÁRIO. Tatiana Salem Levy. **Rascunho**, 01/05/2023. Disponível em: <https://rascunho.com.br/paiol-literario/tatiana-salem-levy/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Para além do dualismo natureza/cultura: Ficções do corpo feminino. Interfaces, invenções e deslocamentos: a literatura comparada e os desafios do presente. **Organon**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 52, p. 233-261, 2012.

SEGATO, Rita. **Cenas de um Pensamento Incômodo: Gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, 265-285, maio-ago. 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SOUSA, Gustavo Ramos de Oliveira e Sousa. O abuso sexual encarnado nos transtornos mentais. **Serviço social e realidade**, Franca, v. 26 n. 2, p. 152-178, 2017. Disponível em [file:///C:/Users/Home/Downloads/4073-Texto%20do%20artigo-14926-1-10-20231114%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Home/Downloads/4073-Texto%20do%20artigo-14926-1-10-20231114%20(3).pdf). Acesso em 24 março 2024.

Data de recebimento:01/11/2024
Data de aprovação:10/12/14